EQUILÍBRIO

02.03.10 | 01h22

Ministério da Saúde pretende vacinar 90 milhões contra gripe A

A Campanha de Vacinação contra a influenza A (H1N1) começa dia 8 de março

FOLHA ONLINE

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirmou nesta segunda-feira que 90 milhões de brasileiros deverão ser vacinados contra a influenza A (H1N1) - gripe suína - em dois meses.

"Esta será a maior campanha do mundo. Estou confiante de que faremos a diferença este ano", afirmou o ministro.

Além disso, Temporão afirmou que os ministérios da Saúde e de Ciência e Tecnologia trabalham em busca de uma vacina contra a dengue. "É um longo caminho porque é uma doença complexa. [Mas], em 5 anos poderemos ter uma vacina."

A Campanha de Vacinação contra a influenza A (H1N1) começa dia 8 de março. "Vamos vacinar primeiro crianças saudáveis, mulheres grávidas e portadores de doenças crônicas", disse durante o seminário complexo industrial da saúde em São Paulo.

A vacinação termina no dia 21 de maio. Serão imunizados profissionais de saúde da rede de atenção básica e envolvidos na resposta à pandemia, indígenas, gestantes, crianças de 6 meses a 2 anos, jovens de 20 a 29 anos, adultos de 30 a 39 anos e pessoas com doenças crônicas (como diabetes, obesidade, asma e cardiopatias).

Confira o calendário de vacinação divulgado pelo Ministério da Saúde:

Profissionais de saúde e indígenas - 8 de março a 19 de março
Gestantes, doentes crônicos e crianças de 6 meses a 2 anos - 22 de março a 2 de abril
Jovens de 20 a 29 anos - 5 de abril a 23 de abril
Idosos (mais de 60 anos) com doenças crônicas - 24 de abril a 7 de maio
Pessoas de 30 a 39 anos - 10 de maio a 21 de maio

http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=7&idnot=18615

01/03/2010 - 22h23

‘Hora da Sesta’ exibe filmes no Palácio da Instrução; veja os filmes

Além de almoçar, o horário do meio dia serve para repor as energias, bater um papo e dar uma pausa na correria do dia-a-dia. Para aqueles que gostam de um descanso após o almoço aí vai uma dica: o projeto Hora da Sesta. Realizado pela Secretaria de Estado de Cultura, o programa consiste na exibição de cinema e documentários. As sessões são realizadas gratuitamente de segunda a sexta-feira, das 12h30 às 13h30, no Palácio da Instrução, ao lado da Igreja Matriz.

A iniciativa mantém a tradição dos Cineclubes, que coloca o público em contato com a produção nacional. São curtas e longas metragens do cinema nacional além de documentários regionais que valorizam a cultura mato-grossense.

O responsável pelas exibições, Vicente Albuquerque, explica que as sessões de cinema nacional e documentários regionais são intercaladas para dar mais variedade à programação.

O projeto é realizado pelo Intercâmbio Cultural da SEC desde março de 2009 e conta principalmente com a participação de pessoas que não têm tempo de ir em casa nesse horário para almoçar. O projeto é realizado em parceria com a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL Cuiabá).

Em cartaz
1º de março – Segunda-feira
Carregar uma Criança - 14 min
Gênero: Ficção
Diretor: Bruno Carneiro
Coruja - 15 min
Gênero: Documentário
Diretor: Márcia Derraik
02 de março - Terça-feira
Carro-Forte -12min
Gênero: Ficção
Diretor: Mario Diamante
De volta ao quarto 666 – 15 min
Gênero: Documentário
Diretor: Gustavo Spolidoro
03 de março - Quarta-feira
Cartão Vermelho – 14 min
Gênero: Ficção
Diretor: Lais Bodanzky
Carmem Miranda – 18 min
Gênero: Documentário
Diretor: Jorge Ileli
04 de março- Quinta-feira
Castanho – 12 min
Gênero: Ficção
Diretor: Eduardo Valente
Irmãos de Rim - 15 min
Gênero: Documentário
Diretor: Cesar A. Gananian, Dinho Zaclis Wolff
05 de março - Sexta-feira
Cego e Amigo Gedeão à Beira da Estrada
Gênero: Ficção
Diretor: Ronald Palatnik
Brevíssimas Historias das Gentes de Santos
Gênero: Documentário
Diretor: André Klotzel

Os filmes são exibidos no auditório climatizado do espaço, que abriga também a biblioteca estadual Estevão de Mendonça e um telecentro para pesquisas na internet. Todos os serviços são oferecidos gratuitamente para a comunidade. Todos os meses o programa conta com uma programação variada.

http://www.24horasnews.com.br/index.php?tipo=ler&mat=321083

Início

CHUVA DE MARÇO

Em VG, 2 mil atingidos

JOANICE DE DEUS - Da Reportagem Jornal Diário de Cuiabá (manchete dia 02 de março de 2010)
02/03/2010 07:53

Pelo menos duas mil pessoas de 13 bairros de Várzea Grande foram afetadas pela intensa chuva que começou na madrugada de segunda e durou cerca de seis horas na Grande Cuiabá. Casas e comércios ficaram alagados, um imóvel desabou e ruas ficaram interditadas.

De acordo com o coordenador de Defesa Civil e comandante da Guarda Municipal, Rodrigo Alonso Lemes, o maior problema foi o transbordamento de córregos da cidade. Segundo ele, não houve feridos. Uma notificação preliminar de desastre seria repassada à Defesa Estadual.

Desde o início da manhã, equipes da Defesa Civil percorriam as comunidades atingidas. A situação foi mais crítica nos bairros Construmat e Alameda e nas regiões do Parque do Lago e Unipark, que engloba bairros como Maringá I, Santa Clara, Lagoa do Jacaré, Ipanema, Joaquim Curvo, Residencial 8 de Março, Jardim das Oliveiras e Vila São João.

Somente nestes dois últimos, aproximadamente 150 famílias tiveram suas residências inundadas. Muitas perderam tudo. Este é o caso do "bicicleteiro" Alacyr Jesus do Nascimento, 39 anos, que teve sua casa, que ficava ao lado do córrego que corta o Jardim das Oliveira, levada pela forte correnteza. "Só ficou a parede do meio", comentou. O imóvel tinha oito peças.

Nascimento contou que quando começou a chover, ele, a esposa e o filho de 17 anos não dormiram mais. "Não pregamos os olhos, ficamos preocupados e, quando a água subiu, só deu tempo de sair de casa. A chuva levou geladeira, fogão, perdemos tudo", disse. Ao lado do imóvel, parte da pista, que foi interditada, também deslizou.

A avenida 31 de Março, ao longo do Aeroporto Marechal Rondon, ficou interditada em dois trechos, nos dois sentidos da pista. Um deles próximo à entrada da Lagoa do Jacaré, onde moradores ficaram praticamente ilhados.

"As manilhas do córrego estão entupidas e não suportam o volume de água. Como não tem para onde escoar, a água volta para dentro das casas", revoltou-se a dona-de-casa Ana Lúcia Pereira, 33 anos.

No Residencial 8 de Março, erguido pelo governo do Estado, o sentimento era de revolta. "É um absurdo um conjunto construído pelo governo não ter a infra-estrutura necessária. Não pode chover que inunda tudo", lamentou Manoel Vicente, 62 anos.

Já o presidente da Associação de Moradores, Edézio Francisco de Paula, disse que iria recorrer ao Ministério Público (MPE) para que cobre providências dos responsáveis.

A prefeitura de Várzea Grande disponibilizou o ginásio Antonio Sotero, no Parque do Lago, e creches para abrigar as famílias. Porém, muitas não quiseram deixar suas residências ou foram para casas de parentes.

No Vila São João, até mesmo uma senhora que passou mal recusou o atendimento do Serviço Móvel (Samu) e não quis ir para uma unidade de saúde. Já o pintor Sidney de Oliveira tentava limpar a casa. "Às 4 horas da manhã a casa já estava debaixo d'água. Só deu tempo de correr com a mulher e dois filhos, que saíram assustados", comentou. Na região, os moradores capturaram duas sucuris, ambas com aproximadamente três metros.

A Defesa Civil também colocou à disposição da população água potável e alimentos. Para evitar maiores danos, a orientação é que os moradores de áreas de risco ou próximo a córregos fiquem atentos. Caso as intensas chuvas continuem, as famílias devem procurar um local seguro e, se possível, retirar o quanto antes os pertences ou bens materiais de dentro das residências.

http://www.circuitomt.com.br/home/materia/39377

Portadores de doenças raras ainda têm dificuldades no diagnóstico e tratamento

Notícias - Nacionais

Seg, 01 de Março de 2010 00:00

Brasília - No Dia Mundial das Doenças Raras – lembrado hoje (28) em mais de 30 países – a Sociedade Brasileira de Genética Médica e a Aliança Brasileira de Genética alertam que os brasileiros que se encontram nessa situação ainda enfrentam dificuldades para conseguir diagnóstico e tratamento, sobretudo no Sistema Único de Saúde (SUS).

Alguns tipos de doenças são classificadas como raras quando afetam menos de uma pessoa para cada grupo de 2 mil. Mas a representante da Aliança Brasileira de Genética, Martha Carvalho, lembrou que o total de brasileiros afetados por doenças raras é representativo e demanda políticas públicas urgentes.

Mãe de um rapaz de 30 anos portador da Síndrome do X Frágil, Martha destacou que 80% das doenças raras têm origem genética. Ela e outros dois irmãos possuem uma mutação que chegou a ser passada a cinco membros da família até que o diagnóstico fosse feito.

"Imagine a dimensão disso, quantas pessoas nasceram [com a síndrome] porque nenhum profissional suspeitou de causa genética. É uma questão de saúde pública, não só de família, porque pode ser prevenida", alerta. Para ela, uma das maiores urgências é que o governo brasileiro incentive investimentos, sobretudo na produção de medicamentos para doenças raras, geralmente de alto custo.

Martha considera como uma ação importante a revisão dos currículos dos cursos de medicina no país, já que muitos médicos não são capacitados corretamente para atender a demanda na área de genética. De acordo com o presidente da Sociedade Brasileira de Genética Médica, Salmo Raskin, há mais de 200

geneticistas atuando no Brasil e a saída poderia ser que cada um deles coordenasse um centro de referência para o treinamento de outros profissionais de saúde.

“Falta visibilidade e isso não deveria ser a coisa mais importante para uma política pública, mas sim se a questão se tornou epidemiologicamente importante. É um absurdo”, reclamou, ao lembrar que, no Hemisfério Norte, as doenças raras estão entre as principais causas de mortalidade infantil. Em países do Hemisfério Sul, segundo ele, as doenças raras são negligenciadas em decorrência do alto número de mortes em crianças provocadas pela desnutrição e a diarréia, por exemplo.

Ainda não foi feito um mapeamento dos portadores de doenças raras no país. Mas a Aliança Brasileira de Genética contabiliza mais de 600 mil pessoas.
Fonte: www.agenciabrasil.gov.br

http://www.brasilsus.com.br/noticias/nacionais/103009-portadores-de-doencas-raras-ainda-tem-dificuldades-no-diagnostico-e-tratamento

UTIs têm novas regras de funcionamento

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou, nesta quinta-feira (25), a Resolução RDC nº 7, que dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento das UTIs.

A resolução se aplica a todas as Unidades de Terapia Intensiva do país, sejam públicas, privadas ou filantrópicas; civis ou militares O objetivo é reduzir os riscos aos pacientes, visitantes, profissionais e meio ambiente.. Com a medida, a Anvisa também busca elevar a qualidade do atendimento, com a conseqüente redução do tempo de tratamento de pacientes graves nesses setores. Assim, mais pacientes poderão usufruir do tratamento especializado oferecido nas unidades.

A nova regra traz parâmetros tanto para estrutura, organização e processos de trabalho quanto para a obtenção e monitoramento de indicadores de saúde que retratem o perfil assistencial da unidade. Entre os indicadores a serem monitorados estão, por exemplo, os de densidade de incidência de Infecção Primária da Corrente Sanguínea Relacionada ao Acesso Vascular Central e os de Pneumonia Associada à Ventilação Mecânica.

Os hospitais têm prazo de seis meses para adequação à nova resolução, sendo que para cumprimento de alguns itens relacionados a recursos materiais e humanos o prazo é de três anos. Segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), o Brasil dispõe de 27.026 leitos de UTI (dez/09).

Confira os principais pontos da resolução:

- A preservação da identidade e da privacidade do paciente deve ser assegurada por todos os profissionais que atuam na UTI. O paciente que estiver consciente e o seu responsável legal devem ser informados quanto aos procedimentos que serão adotados.

- As equipes de UTI e a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) são co-responsáveis pelas ações de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde.

- O hospital deve realizar gerenciamento dos riscos inerentes às atividades realizadas na unidade, bem como aos produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária.

- As preparações alcoólicas para higienização das mãos devem estar na entrada da unidade, entre os leitos e em outros locais estratégicos definidos pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH).
- A CCIH deve divulgar os resultados das vigilâncias e o perfil de sensibilidade dos microrganismos à equipe multiprofissional da UTI, visando a avaliação periódica das medidas de prevenção e controle. A equipe da UTI deve proceder ao uso racional de antimicrobianos, estabelecendo normas e rotinas de forma interdisciplinar e em conjunto com CCIH, Farmácia Hospitalar e Laboratório de Microbiologia.

Fonte: www.agenciabrasil.gov.br

http://www.brasilsus.com.br/noticias/9-principais/103080-utis-tem-novas-regras-de-funcionamento

NOVIDADES

Justiça no Mato Grosso afirma que lei que limita distância entre farmácias fere Constituição Federal

É incompatível com a Constituição Federal a lei municipal que determina a distância mínima de 150 metros entre uma farmácia e outra, pois afeta o princípio da livre concorrência, a liberdade do exercício das atividades econômicas e o direito do consumidor. Com esse entendimento, já pacificado no Supremo Tribunal Federal, a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (de Direito Público) ratificou mandado de segurança que determinou à prefeitura de Cuiabá o fornecimento de alvará de licença para um estabelecimento do gênero farmacêutico instalado no bairro Pedra 90 (Reexame Necessário nº 113800/2009).

O mandado de segurança foi movido pelo proprietário do estabelecimento depois que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente negou autorização para o funcionamento, alegando que não haveria distância mínima em relação a outra farmácia já instalada, conforme a Lei Municipal nº 3.587/1996. A referida lei estabelece, em seu artigo 1º, distância mínima de 150 metros para concessão de licença de localização, instalação e abertura de novas farmácias, quer alopáticas, quer homeopáticas, drogaria, farmácia de manipulação e outros. A relatora, juíza substituta de Segundo Grau Marilsen Andrade Addario, entendeu que deve se assegurar o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização do Poder Público, salvo em casos excepcionais.

Segundo a magistrada, a lei municipal, ao determinar a distância mínima de um estabelecimento para outro, trata de questões afetas à livre concorrência no aspecto urbano, extrapolando a competência que lhe é conferida pela Constituição Federal, visto que acaba por resultar em reserva de mercado, ainda que relativa. Sendo assim, afronta os princípios da livre concorrência, liberdade do exercício das atividades econômicas e do direito do consumidor.

"O ato da municipalidade de indeferir a solicitação de alvará de funcionamento para a impetrante não protege o interesse público local, pois contém restrição incompatível com o livre exercício de atividade profissional", considerou a relatora. Ademais, segundo a juíza, o ato da prefeitura viola o princípio constitucional, em especial o artigo 5º, que dispõe sobre a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Acompanharam o voto da relatora os desembargadores Márcio Vidal (revisor) e Guiomar Teodoro Borges (vogal convocado).

Fonte: TJ/MT, 25/02/2010.
http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2238

01/03/2010

Sorteados mais 60 municípios para serem fiscalizados pela CGU

A Controladoria-Geral da União (CGU) sorteou hoje (01/03), no auditório da Caixa Econômica Federal, em Brasília, mais 60 municípios de até 500 mil habitantes para serem fiscalizados quanto à aplicação de recursos federais, na 31ª edição do Programa de Fiscalização de Municípios a Partir de Sorteios Públicos. Entre os municípios sorteados, o mais populoso é Cabo Frio, no Rio de Janeiro, com 186 mil habitantes, e o de menor população é Pouso Novo, no Rio Grande do Sul, com apenas 1.998 habitantes.

Confira o resultado completo do sorteio

Nos municípios com até 20 mil habitantes a fiscalização vai alcançar a totalidade dos recursos repassados pelo Governo Federal; nos municípios com população entre 20 mil e 100 mil habitantes a fiscalização será feita nas áreas de Segurança Pública, Indústria, Ciência, Tecnologia, Educação, Saúde e Assistência Social; já nos municípios com mais de 100 mil habitantes, serão fiscalizadas as áreas de Segurança Pública, Indústria, Ciência, Tecnologia e Educação.

Desde o lançamento do Programa, em abril de 2003, já foram sorteados 1.701 municípios (incluídos aí os que foram sorteados mais de uma vez) e os recursos fiscalizados nesses municípios totalizam R$ 11 bilhões.

No mesmo evento foram sorteados também 26 municípios (um por estado) para serem beneficiados com ações do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública. Criado em 2006, o programa beneficia os municípios com ações de capacitação de seus gestores sobre a correta aplicação dos recursos federais repassados a cada uma das unidades municipais sorteadas.

Confira a relação dos dez municípios sorteados:

1º - Calçoene - AP
2º - Buritis - RO
3º - Brasiléia - AC
4º - Manicoré - AM
5º - Japaratinga - AL
6º - Vila Rica - MT
7º - Pirambu - SE
8º - Serra Negra do Norte - RN
9º - Paraíba do Sul - RJ
10º - Araguaçu - TO
11º - Salvaterra - PA

12º - Camapuã - MS
13º - Matias Olímpio - PI
14º - Schroeder - SC
15º - Vila Valério - ES
16º - General Sampaio - CE
17º - Dormentes - PE
18º - Bacuri - MA
19º - Flores de Goiás - GO
20º - Rio Tinto - PB
21º - Cândido Godói - RS
22º - Iporã - PR
23º - Floresta Azul - BA
24º - Pacaembu - SP
25º - Caxambu - MG
26º - Normandia - RR

Assessoria de Comunicação Social

http://www.cgu.gov.br/Imprensa/Noticias/2010/noticia01510.asp